

## AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail [recursoscontinuos@dirbi.ufu.br](mailto:recursoscontinuos@dirbi.ufu.br).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA

# TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA



ENTRE SONHOS CONSTRUÍDOS E AS LUTAS  
PARA CONTINUAR SONHANDO

Assentamento Campo Belo, Campina Verde - MG, 1997 / 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
Centro de Documentação e Pesquisa em  
História - CDH  
Campus SP, s/nº - Bloco 1Q (Antigo Mineirão)  
Av. Universitária S/Nº  
Cep. 38400-902 - Uberlândia - M. G. - Brasil

DANIEL SANTOS BARCELOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

# **TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

**ENTRE SONHOS CONSTRUÍDOS E AS LUTAS  
PARA CONTINUAR SONHANDO**

**Assentamento Campo Belo, Campina Verde-MG, 1997/2008**

**DANIEL SANTOS BARCELOS**

**DANIEL SANTOS BARCELOS**

# **TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

**ENTRE SONHOS CONSTRUÍDOS E AS LUTAS**

**PARA CONTINUAR SONHANDO**

**Assentamento Campo Belo, Campina Verde-MG, 1997/2008**

**Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio de Almeida.**

**Uberlândia, janeiro de 2008.**

**BARCELOS, Daniel Santos. (1980)**

**Assentamento Campo Belo, Campina Verde-MG, 1997/2008.**

**Daniel Santos Barcelos – Uberlândia, 2008.**

**50 páginas**

**Orientador: Antônio de Almeida**

**Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia.**

**Curso de Graduação em História.**

**Inclui Bibliografia.**

**Sonho, Crédito, Venda de Lotes**

**DANIEL SANTOS BARCELOS**

# **TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

**ENTRE SONHOS CONSTRUÍDOS E AS LUTAS  
PARA CONTINUAR SONHANDO**

**Assentamento Campo Belo, Campina Verde-MG 1998/2008**

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Antônio de Almeida.(Orientador)-  
UFU**

---

**Profª Mestre Wilma Ferreira de Jesus**

---

**Profª Mestre Elisângela Magela Oliveira**

## DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, ao meu irmão, ao meu  
sobrinho, a minha namorada e amigos,  
em especial aos que me ajudaram a  
refletir sobre a necessidade dos  
movimentos sociais.*

## **AGRADECIMENTO**

*Ao Prof. Dr. Antônio de Almeida pela orientação, estímulo e carinho durante toda a minha vida acadêmica.*

*Aos trabalhadores rurais “sem terra” do assentamento Campo Belo, em especial ao Sr. Cícero Antônio e sua família que me receberam muito bem.*

*A minha família que sempre me apoiou nesta caminhada.*

## RESUMO

O presente trabalho constituiu-se de uma reflexão surgida a partir da observação da trajetória dos trabalhadores assentados na Fazenda Campo Belo, no município de Campina Verde-MG, desde 1997 até o presente momento, tentando mostrar as dificuldades enfrentadas pelos mesmos.

Depois dos trabalhadores conseguirem seus lotes, analisarei a luta para os mesmos permanecerem nos lotes, uma vez que muitos assentados estão arrendando e até mesmo vendendo seus lotes. Desta maneira, aqueles sonhos que muitos trabalhadores sem terra tinham de conseguir um pedaço de terra, para morar e sustentar sua família, estão indo por “água abaixo”.

Para isso analisarei o processo de seleção empreendido pelo INCRA, a infra-estrutura, a liberação de crédito em tempo hábil e a assistência técnica e fiscalização. Esses são alguns entraves diagnosticados, que vem comprometendo o desenvolvimento do Assentamento Campo Belo, pois muitos trabalhadores não conseguem promover uma melhor qualidade de vida tão sonhada.

Para organizar a reflexão e fazer a análise desta temática, utilizei documentos escritos diversificados e também fontes orais, baseadas em depoimentos e entrevistas com alguns trabalhadores assentados e não assentados. Além de uma bibliografia crítica, como Marc Ferro, Josep Fontana, Maria Célia Paoli, Antônio de Almeida, Marc Bloch, Eric Hobsbawm, Raphael Samuel, José Graziano da Silva, Caio Prado Júnior, João Pedro Stédile, Maria Elza Markus, entre outros.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>07</b>
-------------------	-----------

### **CAPÍTULO I – QUANDO O SONHO PELA TERRA VIRA REALIDADE**

1.1 – Brasil “um país de todos?”	17
1.2 – Regulamentação do latifúndio no Brasil	20
1.3 – O município de Campina Verde-MG frente à realidade nacional	22
1.4 – Ocupação da fazenda Campo Belo e seleção dos trabalhadores assentados	23
1.5 – Cultivo e Produção nos acampamentos	31
1.6 – Disponibilização de créditos	33

### **CAPÍTULO II – SONHOS CONSTRUÍDOS, SONHOS DESMORONADOS.**

2.1 – Como utilizar o crédito	37
2.2 – Arrendamento e cessão onerosa dos lotes	39

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>45</b>
-----------------------------	-----------

<b>FONTES ORAIS – ENTREVISTAS</b>	<b>47</b>
-----------------------------------	-----------

<b>FONTES ESCRITAS – DOCUMENTOS</b>	<b>48</b>
-------------------------------------	-----------

## INTRODUÇÃO

*“Em suma, todas as relações fundamentais da dominação da classe capitalista não são possíveis de transformação pelas reformas legais de base da sociedade burguesa, porque não foram introduzidas por leis burguesas, e nem receberam a forma de tais leis”.*

*Rosa Luxemburg – Reforma, Revisionismo e Oportunismo*

Segundo o historiador Hobsbawm, dois momentos na história da humanidade foram importantíssimos em termos de transformações nas relações humanas: os períodos da invenção da agricultura e da industrialização. O primeiro, ao criar excedentes em espécie permitiu a estratificação da sociedade entre as pessoas que continuaram tendo que trabalhar a terra e a classe palaciana e sacerdotal, que passou a viver daquele excedente. Nesse contexto, mesmo quando não ocorriam revoltas no campo, as lutas entre as classes constituíam-se como significativos fatos históricos. Ou seja, desde as primeiras civilizações foram instituídos valores que levaram as pessoas a não se contentarem com uma produção voltada apenas para a sobrevivência, forçando, através do poder coercitivo, a maioria da população a produzir o excedente e a viver do e para o trabalho.

Desta forma, fica claro que, há muito, para os setores populares conquistar a emancipação necessitam resistir às arbitrariedades do poder, que só podem ser destruídas mediante lutas coletivas, ou seja, na ação direta das massas.

A disputa pela terra no Brasil está inserida nesse contexto mais amplo de conflitos e lutas entre dominantes e dominados. Esse tema tem sido fruto de diversos debates, conferências, seminários, enfim, querendo ou não, vem sendo “matéria de capa” da imprensa nacional, chegando até mesmo à imprensa internacional, pois esta disputa ameaça interesses privados.

A existência, no Brasil, de um grande número de latifúndios pouco utilizados, mas tão bem demarcados – as cercas são marcos claros e bem visíveis – demonstra a magnificência dos grandes proprietários. Latifúndios estes, marcados historicamente pela estrutura fundiária do Brasil, que nasceu

desde a exploração econômica das sesmarias, sob os pilares da grande propriedade rural. Ou seja, a consolidação do latifúndio enquanto base da produção agrícola do país teve, como incentivo, a própria constituição legal da propriedade da terra. A primeira Lei de Terras, promulgada em 1850 por Dom Pedro II – Lei 601 –, determinava que a propriedade privada da terra só se constituiria através de sua legalização nos cartórios, mediante pagamento em dinheiro à Coroa. Essa medida possibilitou assegurar o acesso restrito a posse da terra e a conseqüente permanência nos latifúndios dos escravos libertos e dos trabalhadores pobres. Informações dessa natureza são, muitas vezes, omitidas ao público marginalizado, pois podem despertar diversas reivindicações. Isso tudo nos faz lembrar Marc Ferro, pois para ele “hoje, mais do que nunca, a história é uma disputa. Certamente, controlar o passado sempre ajudou a dominar o presente”<sup>1</sup>.

As conseqüências nefastas da modernização no campo vêm sendo observadas através da destruição das antigas e tradicionais formas de exploração do trabalho rural, da introdução das relações capitalistas como dominantes no meio rural e, ainda, da conseqüente expulsão do trabalhador do campo para a cidade, fatores estes decisivos da concentração da renda e da terra e, conseqüentemente, para o aumento da fome e da miséria. Por vias transversas, esses também são fatores que forçam os excluídos a se reorganizarem na luta pela terra.

Partindo desta contestação e dentro dos limites das possibilidades, tentarei fazer uma análise das ações de alguns trabalhadores integrados a setores organizados da sociedade civil e vinculados à luta pela reforma agrária, cujas ações têm impulsionado o processo de conquistas sociais em torno da defesa do direito a terra. Sobre isso, a ausência de uma clara definição e condução de uma política agrária, pelos órgãos governamentais, ajuda a explicar o porquê da implementação dos assentamentos rurais no país, na maioria dos casos conseqüência das insistentes ações políticas dos próprios trabalhadores rurais sem terra, organizados em seus variados movimentos sociais.

---

<sup>1</sup> FERRO, Marc. *A História Viglada*. Trad. Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 1.

A reforma agrária, sem dúvida nenhuma, continua sendo um dos mecanismos necessários para que se altere o quadro da marginalização em que grande parte da sociedade brasileira encontra-se inserida. Pois através dela, grande parte das famílias adquiririam uma maior estabilidade, seja nos rendimentos ou na condição de vida, isso especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracteriza muitas dessas famílias, antes de seu ingresso nos projetos de assentamento. Com a reforma agrária, a capacidade de consumo dos assentados cresce, fazendo com que o mercado global fique claramente mais dinamizado, pois possibilita uma maior circulação de dinheiro, seja no consumo de gêneros alimentícios, eletrodomésticos, insumos, implementos agrícolas, etc. Além disso, possibilita uma maior diversificação de produtos agropecuários, até mesmo com a introdução de novos cultivos.

É preciso acabar com aquela visão de que assentamento é local de gente preguiçosa, que quer dinheiro fácil, que não trabalha. Para isso precisamos nos conscientizar de que reforma agrária promove sim um maior desenvolvimento para todos brasileiros.

Diante de tamanha insatisfação resolvi pesquisar um pouco mais sobre esses trabalhadores marginalizados, que encontram em um pedaço de terra, a esperança de dias melhores, mas mesmo após conquistarem suas terras, continuam sendo marginalizados por serem agora assentados. Este objeto de investigação não constitui um fato histórico pronto e acabado, mas espero que possa contribuir um pouco mais para a compreensão do processo de reforma agrária no Brasil, inclusive por parte de pesquisadores com óticas diferentes desta, pois conforme salientou Josep Fontana

*O historiador costuma proceder como quem resolve um quebra-cabeça, um puzzle. Valendo-se de um modelo que lhe mostra as linhas gerais da solução. Vai buscando o lugar concreto em que as linhas da peça, isto é, as características do acontecimento ou do dado encaixam com exatidão, o que serve para confirmar a validade da solução antecipada do modelo interpretativo que levantou como hipótese de partilha. Um acontecimento, porém, não é uma peça plana que possa ser explicado completamente a partir desse ajuste, mas um poliedro, um corpo de três dimensões com um grande número de faces, uma das quais encaixa no modelo de nosso quebra-cabeça, enquanto que as outras situam-no*

*num feixe de diversas relações, determinando que possam encaixar-se em outros tantos modelos<sup>2</sup>*

Durante toda a minha vida, morei no município de Campina Verde, no Estado de Minas Gerais, e algo vem me incomodando e chamando muita atenção ao longo do tempo: o crescente número de assentamentos de trabalhadores rurais sem terra nesta região. Sendo assim, escolhi para este trabalho de monografia analisar e tentar compreender o assentamento Campo Belo, no período que vai de 1997, momento em que as famílias de trabalhadores ocuparam a fazenda Campo Belo, até o momento atual. Mas caso seja necessário, estarei buscando momentos anteriores a estes, pois

*(...) a delimitação espacial, a exemplo dos marcos temporais e da própria escolha do tema, deve ser entendida como medida aleatória, ainda que necessária, não podendo, portanto, conduzir o pesquisador a perder a dimensão do todo. E isso, não significa estar à procura de explicação generalizantes, a partir do objeto focado e nem da formulação de teorias definitivas, o que seria recorrer ao que Foucault denunciou como 'discursos englobantes' que, sedimentados numa 'unidade abstrata da teoria', atua, centralizada e coercitivamente, a partir de um discurso teórico, unitário, formal e científico'. (...) Trata-se, portanto, de reconhecer que a realidade não se encontra compartimentada em blocos isolados ou independentes e que, na medida em que os acontecimentos se entrelaçam, espraiando-se por todo tecido social, também o objeto deve ser explorado a partir das suas múltiplas dimensões<sup>3</sup>.*

Apesar de sua grande extensão territorial, o Brasil, com seus 850 milhões de hectares, possui a maior parte de suas terras, distribuídas em 50 mil latifúndios e, portanto, concentrada nas mãos de poucos proprietários. Como conseqüência natural, a maioria da população pobre que potencialmente poderia sobreviver do trabalho do campo está alijada dessa possibilidade. Somente este aspecto já ajudaria a explicar os fatores motivacionais que levam os trabalhadores sem terra a lutar por um pedaço de chão, com vista a assegurar a sobrevivência. Ocorre que muitos desses trabalhadores que iniciam a luta em busca de um pedaço de terra, não conseguem ser

---

<sup>2</sup> FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Trad. Heloísa Jochims Reichel e Marcelo Fernando Da Costa. São Paulo: EDUS, PP. 474-475.

<sup>3</sup> ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletivo e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980*. Tese de doutorado em História Social apresentada a FFLCH/USP. São Paulo, 1996, PP. 13-14.

beneficiados, uma vez que não suportam as variadas pressões, sejam elas vinculadas aos preconceitos da sociedade ou mesmo às condições subumanas a que ficam expostos, durante o tempo de espera por uma legalização de assentamento, por parte dos organismos oficiais. Ocorre que,

*“na verdade, o Estado e o político não são os únicos a colocar a história sob vigilância. Também o faz a sociedade, que, por sua vez, censura e autocensura qualquer análise que possa revelar suas interdições, seus lapsos, que possa comprometer a imagem que uma sociedade pretende dar de si mesma”<sup>4</sup>*

Desde os primeiros momentos em que mantive contatos com esse tipo de luta dos trabalhadores, a minha relação com os mesmos foi de admiração, sobretudo por compreendê-los como os protagonistas de uma necessária luta pela reforma agrária no Brasil. Depois que passei a ter um contato mais estreito com o assentamento, objeto deste estudo, para além da admiração que contínuo nutrido em relação à luta desses trabalhadores, passei a reconhecer sua importância no cenário das lutas sociais e políticas neste país, pois estes poderão gerar uma desconcentração e democratização da estrutura agrária, diversificando o comércio e os serviços no meio rural, reduzindo a migração campo-cidade, promovendo a cidadania e gerando ocupação, renda e justiça social. Diante do exposto senti-me, instigado a debruçar-me mais decididamente sobre as experiências vividas por alguns desses trabalhadores do Assentamento Campo Belo, experiências estas que revelam alguns paradoxos. Neste aspecto, mereceu atenção especial os motivos sociais, políticos e econômicos, que levam muitos desses trabalhadores assentados a arrendarem, venderem ou deixarem improdutivas suas parcelas de terras tão arduamente conquistadas. Sendo assim, precisaria construir o meu próprio percurso, se quisesse entender o Assentamento nas suas particularidades em nível local.

Motivado por esse tipo de questionamento comecei a perceber que um dos maiores desafios atuais, para os responsáveis pela reforma agrária no Brasil, além de disponibilizar terras, seria criar um sistema de cadastramento mais criterioso e com uma maior disponibilização de créditos em tempo hábil e

---

<sup>4</sup> Idem.

mediante projetos, com acompanhamento dos técnicos responsáveis. Assim, além de oferecer um melhora nas condições de vida no campo, isso permitiria um maior desenvolvimento desses brasileiros, pois garantiria a permanência dos mesmos na parcela de terra em que fossem assentados. Nesse sentido, despertou-me o interesse em escrever uma “história vista de baixo”, ouvindo o “outro”. O envolvimento com o tema levou-me à constatação da importância que o mesmo tem recebido nos dias atuais. Afinal, a luta dos chamados “sem terra” tem sido o centro de muitas atenções, tanto da imprensa, de pesquisadores, de entidades populares, de organizações sociais de apoio, assim como, por outro ângulo, tem tido “especial” atenção dos serviços de repressão oficial, a favor dos que não toleram tais procedimentos. Aliás, é bastante evidente a repressão a esses grupos sociais que questionam a ordem estabelecida no Brasil o que atesta as perseguições diárias às lutas dos trabalhadores. São exemplos disso, as chacinas como a ocorrida no dia dezessete de abril de um mil novecentos e noventa e seis, quando dois pelotões da Polícia Militar do Pará, com duzentos soldados cada um, receberam ordens para cercar um acampamento de sem terra na curva do “S”, município de Eldorado de Carajás, estado do Pará, e depois de algumas horas, o massacre deixaria dezenove trabalhadores sem terra assassinados.

O dirigente da Comissão Pastoral da Terra, Dom Tomás Balduino, concedeu entrevista à Revista Caros Amigos, a qual revelou que

*(...) existe uma tabela para os pagamentos aos pistoleiros no Pará, conforme a categoria da vítima a ser morta: um padre, um líder de grupo sem-terra, um deputado, etc. “De 1985 a 2004, foram 1.379 mortes no campo. Só 75 julgamentos, só quinze mandantes condenados”.<sup>5</sup>*

No entanto, outras violências, não menos atroz, têm marcado o cotidiano dos trabalhadores neste país afora e têm feito parte da rotina dos noticiários da imprensa escrita, falada e televisiva, quase que diariamente. Mesmo com a imprensa acobertando, protegendo e defendendo a elite nacional, as manchetes sobre o assunto que envolve trabalhadores e sem terras são inevitáveis.

---

<sup>5</sup> Revista CAROS AMIGOS. O patriarca da terra. São Paulo, março de 2005, p. 30-35.

Apesar da gravidade da situação, as autoridades governamentais não têm se empenhado em buscar uma solução adequada para a mesma. O atual presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, embora tivesse prometido um tratamento sério da questão

*não cumpriu sua meta de assentar 430.000 famílias sem terra, dentre várias promessas feitas. Isso vem gerando uma forte resistência por parte dos trabalhadores sem terra. Durante o mês de maio de 2005, foi formada uma marcha nacional pela reforma agrária, que começou no dia 10 de maio em Goiânia, envolvendo aproximadamente 12.722 homens e mulheres vindos de 24 estados. Esta marcha entregou aos três poderes em Brasília, no dia 17 de maio de 2005, um documento contendo as principais reivindicações do que precisa ser feito para mudar a vida dos trabalhadores sem terra<sup>6</sup>.*

Desta maneira, não podemos fechar os olhos para as questões sociais que envolvem o nosso país. Aliás, como nos lembra Maria Célia Paoli, um dos maiores desafios dos pesquisadores é

*(...) fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica. Por esta via, pode-se constituir uma política de preservação (e uma historiografia) que deverá ter em mente o quanto o poder desorganizou a posse de um sentido das participações coletivas, destruindo a possibilidade de um espaço público diferenciado<sup>7</sup>.*

Ao longo desse texto, tentarei demonstrar alguns momentos de tensão, nos quais estiveram envolvidos os trabalhadores do assentamento em questão. Algumas vezes, isso ocorre de forma explícita, noutras de maneira silenciosa. Um dos exemplos em todo o processo que cabe destaque são as dificuldades dos trabalhadores sem terra, acampados em barracos de lonas, sem nenhuma infra-estrutura, vivendo com uma quantidade ínfima de mantimentos, pois o máximo que essas pessoas conseguem quando estão acampadas são algumas cestas básicas.

Mesmo depois que os assentados conseguem seus lotes as dificuldades continuam. Pretendo analisar qual é o sentido social e político que envolve, também, os assentados, uma vez que muitos deles não querem atuar

<sup>6</sup> Revista CAROS AMIGOS. Recado ao governo. São Paulo, maio de 2005, p. 22

<sup>7</sup> PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA/DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, 1991, p. 27.

coletivamente e dificultam até mesmo a permanência na terra, uma vez que muitos assentados abandonam, alugam e vendem os seus lotes. Desta maneira, aqueles sonhos que muitos trabalhadores tinham de conseguir um pedaço de terra para morar e sustentar sua família, estão indo por “água abaixo”, ou seja, seus sonhos estão desmoronando.

Esta irregularidade já está sendo utilizada pela imprensa como meio de causar impacto ao leitor e ao telespectador, pois não é seguida de uma análise crítica dos fatos. Por exemplo, o Jornal Nacional do dia 12 de novembro de 2007, através dos repórteres Luís Gustavo, Rafael Camargo e Célio Júnior, noticiou a venda ilegal de lotes destinados à reforma agrária, nos municípios de Uberlândia, Campo Florido e Ibiá-MG<sup>8</sup>.

Desta maneira, esta pesquisa também tem como fundamento a responsabilidade social, pois ao lembrarmos de Marc Bloch percebemos que “a matéria do historiador é a pesquisa, levantar problemas que também são problemas de uma sociedade”<sup>9</sup>. Sendo assim, isso instiga discutir também até que ponto a situação econômica das famílias assentadas lhes possibilitou um estilo de vida melhor, se o assentamento trouxe o retorno tão desejado em termos de vida material, financeira, social, etc.

Para isso, “o historiador dos movimentos populares não pode ser um positivista antiquando”<sup>10</sup>, portanto, deve evitar que sua pesquisa se pautem em uma leitura baseada apenas nas ações dos políticos, das pessoas proeminentes da sociedade e em torno dos “grandes” acontecimentos sociais, como era a prática comum da teoria tradicional da história. Para Hobsbawm, o historiador dos movimentos sociais deve

*passar grande parte de seu tempo descobrindo como as sociedades funcionam e quando não funcionam, e também como mudam. Não pode deixar de fazer isso, uma vez que seu objeto, as pessoas comuns, constitui a maioria de qualquer sociedade”<sup>11</sup>*

---

<sup>8</sup> Acesso dia 30/12/07. Disponível em: [www.globo.com.br](http://www.globo.com.br)

<sup>9</sup> BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa : Publicações. Europa-América, 1974.

<sup>10</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre História (Ensaio)*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. P. 225

<sup>11</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre História (Ensaio)*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. P. 231

E é no espaço do cotidiano que muitas dessas transformações ocorridas no social podem ser percebidas, seja através das ações sociais dos sujeitos ou ainda por meio de suas representações simbólicas.

Nessa perspectiva, para organizar a reflexão e fazer a análise desta temática, utilizei-me de documentos escritos diversificados e fontes orais, baseadas em depoimentos e entrevistas com alguns trabalhadores assentados e não assentados, bem como, integrantes do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A documentação escrita constitui-se de textos oficiais, englobando Estatuto acerca da propriedade privada da terra (Estatuto da Terra), e de instituições governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de documentos elaborados pelos Trabalhadores sem terra, além de jornais, revistas e da observação constante para estudar o comportamento, as relações e a sociabilidade construída por eles.

Portanto, ao incorporarmos a dimensão cultural no estudo histórico do movimento dos trabalhadores em conflito pela terra, podemos notar imprescindivelmente um estudo da realidade. Além de perceber a necessidade de recompor uma visão crítica do presente para que se torne possível indagar sobre questões sociais.

E é nessa perspectiva, que a utilização das fontes orais ganha importância, pois elas revelam toda uma gama de conflitos silenciosos, de situações vividas ou em construção que na maioria das vezes não são encontradas nos registros escritos, sendo ainda muito ricas em informações e esclarecimentos importantes que podem auxiliar no conhecimento sobre o objeto de análise. Pois de acordo com Raphael Samuel,

*A evidência oral é importante não apenas como uma fonte de informação, mas também pelo que faz para o historiador, que entra no campo como um fiscal invisível. Pode ajudar a expor os silêncios e as deficiências da documentação escrita e revelar ao historiador (...) o tecido celular ressecado que, quase sempre, é tudo o que tem em mãos<sup>12</sup>*

Desta forma, pude encontrar uma reflexão em torno de procedimentos com história oral como processo de construção de memórias. Pois através

---

<sup>12</sup> SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero/NAPUH, número 19, p. 237, 1990. P. 237.

dela, pude notar que a história oral, me ajudaria a aprender sobre as vidas das pessoas naqueles pequenos lugares que pareciam não ter história. Para isso, foi necessário fazer um exercício constante de problematização sobre conceitos e preconceitos cristalizados, de idéias dominantes e excludentes que cercam as noções relativas aos sujeitos sociais alvo dessas reflexões.

O diálogo com uma bibliografia crítica suscitou-me pressupostos teóricos e metodológicos que apontaram o caminho investigativo nesta pesquisa.

Este trabalho pretende então refletir um pouco sobre as diversas dificuldades encontradas pelos trabalhadores sem terra para terem acesso e para permanecerem nos lotes. Assim é que, no primeiro capítulo procurei buscar uma das peças do “quebra-cabeça” que considero fundamental para o crescimento e o desenvolvimento do Brasil, a má distribuição de terras. E essa situação não poderia ser diferente também no município de Campina Verde, que atualmente possui cerca de oito projetos de assentamento. Sendo assim, enquanto pesquisador, procurei dar voz aos trabalhadores assentados na fazenda Campo Belo, mostrando as dificuldades que os mesmos encontraram e, ainda encontram, para conquistarem uma parcela de terra. No segundo capítulo procurei discutir as dificuldades encontradas pelos trabalhadores assentados para permanecerem na terra. Sobre isso, tentei compreender os mecanismos que estão contribuindo para que parte desses trabalhadores assentados na fazenda Campo Belo vendam os seus lotes.

# **CAPÍTULO I**

## **QUANDO O SONHO PELA TERRA VIRA REALIDADE**

*“(...) quanto mais ampla é a difusão do saber, mais rigoroso é o controle sobre a produção histórica”.*

Marc Ferro – A História Viglada

## Brasil “um país de todos?”

Será que o Brasil é realmente um país de todos, como insiste em afirmar a propaganda oficial? Pois, segundo o último levantamento do IBGE/2007 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos últimos dez anos (1996-2006), o Brasil tem apresentado um valor médio de rendimento familiar *per capita* em torno de R\$596,00, sendo que metade da população neste período teve um rendimento abaixo de R\$350,00<sup>13</sup>. Em contraste com esses dados alarmantes, um dos jornais de maior circulação no Brasil (Folha de São Paulo) trouxe no dia 15 de julho de 2007 como matéria de capa, um levantamento sobre os milionários que detêm a riqueza nacional equivalente a meio PIB, pois a fortuna

*“financeira dessa parcela de 0,7% da população é estimada em US\$573 bilhões – patrimônio equivalente a cerca de metade do PIB (soma de tudo o que foi produzido no país) em 2006. De 2000 a 2005, o Brasil passou de 18º a 14º país no mundo com mais milionários. Não existe nação latino-americana que supere o Brasil na comparação”<sup>14</sup>*

Assim, cabe questionar quais são os reais interesses por trás da propaganda oficial que afirma ser o Brasil um país de todos, pois sabemos que nem todos têm uma assistência adequada por parte do Estado ou dos governos, tanto na saúde, segurança, educação, habitação, cidadania, saneamento básico, etc. Portanto, seria possível para pensar em crescimento econômico sem um desenvolvimento mais igualitário?

Só que essa desigualdade social pode afetar negativamente os setores mais conservadores e elitistas da nossa sociedade e, por conseguinte, o crescimento e desenvolvimento econômico do país, porquanto uma sociedade marcada por elevada desigualdade tende a apresentar maior instabilidade social e política alimentada pelo próprio descontentamento da população.

Temos uma população estimada em 185.756.989 habitantes, concentradas numa área total de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de superfície, que representam 850 milhões de hectares, com 371 milhões de hectares de solos classificados em potencialidade agrícola boa, boa a regular,

<sup>13</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso: setembro 2007.

<sup>14</sup> Jornal: Folha de São Paulo – Ano 87, nº 28.592, de 15 de julho de 2007.

regular a boa e regular, com um total, portanto de 43,7% do território nacional. De tudo isso, apenas 52 milhões de hectares são efetivamente cultivados, somando-se lavoura temporária e permanente<sup>15</sup>.

Com base nos dados do Atlas Fundiário do INCRA, existe cerca de 3.114.898 imóveis rurais cadastrados no país que ocupam uma área de 331.364.012 ha. Desse total, os minifúndios representam 62,2 % dos imóveis, ocupando 7,9 % da área total. No outro extremo verifica-se que 2,8 % dos imóveis são latifúndios que ocupam 56,7 % da área total. Não por acaso, esses dados revelam que o Brasil ostenta, lamentavelmente, o deplorável título de país com a segunda maior concentração de propriedade fundiária em todo o planeta<sup>16</sup>, pois possui seu território extremamente mal distribuído, gerando um gigantesco obstáculo para os trabalhadores pobres, que realmente precisam da terra para tirar dela o seu sustendo, bem como o de sua família.

Diante desse quadro, a reforma agrária continua sendo um dos caminhos mais importantes para o desenvolvimento econômico do país, pois, possibilita uma política de re-distribuição de renda, ocasionando um maior crescimento econômico do país, advindo da incorporação dos pobres ao mercado ativo. Nesse aspecto, ainda de maneira lenta, é isso que tem possibilitado o acesso a terra para uma parcela da população brasileira historicamente excluída. Mas mesmo assim, a reforma agrária no Brasil é marcada pelo conflito entre governo, latifundiários e movimentos sociais, e isso é um dos exemplos mais gritantes desse descontentamento social.

Um acesso mais amplo a terra, é uma das alternativas necessárias para a geração de emprego, pois como observou José Graziano

*“Não há dúvida, portanto, de que, nas condições brasileiras, o campo é o lugar adequado para uma política de geração de empregos. A pergunta é: como fazer investimentos públicos no campo? Eles terão que ser feitos nas terras de alguém – ou pelo menos em benefício de alguém. Se não quisermos favorecer os mesmos de sempre (os grandes proprietários rurais), a reforma agrária aparece, sem dúvida, como uma das alternativas”<sup>17</sup>*

---

<sup>15</sup> Dados básicos oficiais apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abr., 2002. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), Acesso: 02/04/2004

<sup>16</sup> Dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: [www.cpt.org.br](http://www.cpt.org.br). Acesso: 30/09/2007.

<sup>17</sup> SILVA, José Graziano da. Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária. São Paulo. Brasiliense, 1985, p. 36.

Desta forma, na qualidade de acadêmico e principalmente enquanto cidadão brasileiro, não seria correto passar despercebido dessa realidade brasileira que nos acompanha. Portanto, estarei tentando dar uma contribuição para que possamos na qualidade de brasileiros, refletirmos sobre as possibilidades de melhorias e soluções para estas injustiças sociais, pois cabe a todos, lutar por uma maior justiça social.

### **Regulamentação do latifúndio no Brasil**

A concentração latifundiária nas mãos de uma minoria transcende os muros imaginários da academia, e é uma das principais fontes geradoras de injustiças sociais do passado e conseqüentemente do presente da história brasileira. Caio Prado Júnior, já dizia que:

*(...) a grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente, derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria<sup>18</sup>*

A normatização em relação à questão agrária no Brasil tem raízes históricas, pois ocorreu ainda em meados do século XIX, com a promulgação da Lei 601, de 18 de setembro de 1850 - Lei de Terras – a qual fundamentava a propriedade privada da terra:

*“(...) Lei 601, determinava que somente pudesse ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade em dinheiro para a Coroa. Essa lei discriminou os pobres e impediu que os escravos libertos se tornassem proprietários, pois nem uns nem outros possuíam recursos para adquirir parcelas de terra da Coroa ou para legalizar as que possuíam”<sup>19</sup>.*

Sobre a Lei de Terras, podemos encontrar outra conseqüência social, ou seja, a consolidação do latifúndio. Aqueles que tinham recebido as sesmarias

---

<sup>18</sup> PRADO JÚNIOR. Caio. A Questão Agrária no Brasil. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 15.

<sup>19</sup> STÉDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil. 7 ed. São Paulo: Atual, 1997. p. 10-11.

regularizaram suas posses e transformaram-nas em propriedade privada, assegurando, assim, o domínio da principal riqueza do país: suas terras<sup>20</sup>.

Em período mais recente, em plena ditadura militar sob o comando do presidente Castello Branco, em resposta às lutas e reivindicações dos movimentos sociais, foi sancionada em 30 de novembro de 1964, a Lei 4.504, que dispunha sobre o Estatuto da Terra, a qual pretendia estabelecer uma sistemática intervenção e desapropriação do latifúndio. Simbolicamente o Estatuto deveria buscar o princípio geral de promover uma melhor distribuição de terras, a fim de atingir uma justiça social e um aumento na produtividade, mas isso não se tornou uma realidade.

Algum tempo depois, promulgada em 05 de outubro de 1988, a Constituição Federal, em seu Capítulo III – da política agrícola e fundiária e da reforma agrária - Artigo 184, § 2º, dispõe que "Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social".<sup>21</sup> Na realidade, o texto constitucional autoriza a União a propor a ação de desapropriação, a partir de decreto declarando o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, caso o referido imóvel não esteja cumprindo sua função social. A Constituição Federal estabelece ainda, conforme o Artigo 185, que são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: inciso I – a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; inciso II – a propriedade produtiva - Parágrafo único: A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social.

São classificados como produtivas, as propriedades cuja utilização com agricultura, pecuária ou extrativismo florestal seja igual ou superior a 80% da superfície agrícola útil. A esse critério se adiciona a exigência de que o imóvel deve obter produtividade igual ou superior à média da região. Também são imunes à desapropriação propriedades cuja área seja igual ou inferior a 15 vezes o Modulo Fiscal fixado para cada município (medida que varia entre 2 ha e 90 ha nas diversas regiões do país). Calcula-se que, por essas restrições,

---

<sup>20</sup> Idem. p.11

<sup>21</sup> Capítulo III – Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária. Art. 184. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1995.

não são alcançáveis pela desapropriação cerca de 4 milhões de propriedades, correspondendo a aproximadamente 200 milhões de hectares de terras, entre as melhores do país<sup>22</sup>.

### **O município de Campina Verde-MG frente à realidade nacional**

Existem diversas realidades enfrentadas pela população que almeja uma parcela de terras, realidades estas, que muito das vezes são desviadas e omitidas pela imprensa. Lembremos então de Walter Benjamin, pois “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi”<sup>23</sup>.

O município de Campina Verde localiza-se no Triângulo Mineiro e faz parte da Microrregião Pontal do Triângulo Mineiro. Formado pelo Decreto Lei Número 148, o distrito de Campina Verde erigiu-se em município autônomo, no dia 17 de dezembro de 1938<sup>24</sup> e seu território cobre uma área de 3.663,42 com uma população estimada no ano de 2004 em 18.597 mil habitantes<sup>25</sup>. Geograficamente situa-se entre as coordenadas 49°17'00" - 50°15'00" de longitude oeste e 19°09'00" - 19°47'00" de latitude sul. O município faz divisa com os atuais municípios de Prata, Gurinhatã, Santa Vitória, União de Minas, Iturama, São Francisco de Sales, Itapagipe, Comendador Gomes e Ituiutaba.

A sede municipal está distante da capital mineira 676 km, estando também a 625 km de São Paulo, 670 km de Brasília e a 148 km de Uberlândia. A malha rodoviária que serve o município é composta pelas seguintes rodovias: MG- 497, que liga Uberlândia a Iturama; a BR - 364, que corta o município no sentido leste-oeste não é asfaltada e torna-se intransitável no período chuvoso; uma pequena faixa a sudoeste do município é cortada pela MG - 255, que liga Frutal a Iturama. Fazem ainda parte de malha rodoviária as estradas municipais, que interligam as rodovias principais, bem como a zona rural à sede do município. Cerca de 94,79% do seu território é destinado à Pastagem Degradada/outros<sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup> Dados básicos oficiais. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br). Acesso 12/03/06.

<sup>23</sup> BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 224.

<sup>24</sup> Disponível no site: [www.campinaverde.net.com.br](http://www.campinaverde.net.com.br).

<sup>25</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível no site: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>26</sup> FRANCO, José Benjamin Severino e ROSA, Roberto. Anais IX. Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Santos, Brasil, 11-18 setembro 1998, INPE, p. 561-572.

Por ser um município com uma área territorial relativamente grande, a realidade agrária deste, não poderia ser diferente da realidade do país como um todo, ou seja, temos uma grande concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, empresas e instituições.

Desta maneira, podemos mencionar dentre tantos latifundiários no município de Campina Verde, a Congregação da Missão de São Vicente da Imperial, instituição que recebeu no século XIX por meio de escritura de doação, algumas propriedades rurais, conforme podemos notar na citação abaixo:

*(...) Certifico e dou fé que a pedido do tenente Coronel Francisco Itagiba, revi em meu cartório os autos de justificação em meu poder e cartório d'entre eles encontrei os autos de justificação procedido nesta cidade no juízo municipal no ano de mil oitocentos e cincoenta e seis, em que foi justificante o Reverendo Jerônimo Gonçalves de Macedo e nos ditos autos de folhas oito verso até onze se vê cópia de uma escritura de doação a qual é do teor e maneira seguinte: Escritura de doação que fazem João Batista de Siqueira e sua mulher Bárbara Bueno da Silva de três fazendas denominas Campo Belo, Paraíso e Fortaleza (...) eu tabelião adiante nomeado me achava e sendo lá presentes como doadores João Batista de Siqueira e sua mulher Bárbara Bueno da Silva e como aceitante o referido muito Reverendo Padre Superior da Congregação da Missão de São Vicente da imperial Casa de Nossa Senhora Mãe dos Homens, sita na Serra do Caraça (...)<sup>27</sup>*

A doação dos imóveis rurais parcialmente descritos correspondia a uma área territorial de 5.325.50.00 hectares, mas devido a algumas vendas e transformações de imóvel rural para perímetro urbano, conforme dá notícia a matrícula 1.767, do Cartório de Registro de Imóveis, da comarca de Campina Verde-MG, o imóvel ficou com uma área remanescente de 4.584,6770 hectares.

### **Ocupação da fazenda Campo Belo e seleção dos trabalhadores assentados**

Com tamanha repercussão no cenário nacional, a reforma agrária vem despertando em uma parcela da população, a necessidade de discutir a

---

<sup>27</sup> BORGES, Benedito Antonio Miranda Tiradentes. Campina Verde, história e genealogia,. 1 ed. Araguari-MG: Minas Editora, 1994. P. 79-82.

concentração da propriedade da terra, nas mãos de uma minoria, e consequentemente mostrar que esta é uma das principais fontes de injustiça social. Fazendo parte integrante desta parte da população que simpatiza com a reforma agrária e mobilizado com as marchas no Brasil, o bispo da diocese de Ituiutaba, Dom Paulo Sérgio Machado, declarou ao Jornal Pontal, em setembro de 1996, que a CNBB fez um levantamento na fazenda Campo Belo, para fins de reforma agrária, ressaltando o desejo de colaborar com a implementação da reforma agrária no Brasil. Sendo assim, o Pe. Eli Chaves dos Santos anunciou conforme Nota de Esclarecimento, datada de 15 de setembro de 1997, que

*(...) dentro de sua experiência histórica de mais de 150 anos de serviço, sobretudo junto aos pobres em várias regiões do Brasil, a PBCM tem se mostrado sensível aos atuais apelos da justiça social. Por isso, após criteriosa reflexão, protocolou junto ao INCRA, a 02/05/97, sua decisão voluntária de negociar a proposta de desapropriação amigável da Fazenda Campo Belo, para efeito de reforma agrária. O atual decreto de desapropriação é resultado desta negociação amigável, realizada junto ao INCRA. A PBCM aceita destinar esta sua propriedade rural para o uso da reforma agrária, mediante pagamento de preço justo, conforme a legislação vigente. Com este ato, a PBCM, num gesto concreto de despojamento e solidariedade efetiva, participa do grande esforço da Igreja Católica e de outros organismos para fazer acontecer à reforma agrária <sup>28</sup> (...)*

O processo de ocupação da fazenda Campo Belo, deu-se na noite do dia 31 de julho de 2007 para o dia 01 de agosto de 1997. Segundo o Sr. Marino “no dia da ocupação deve ter ido pra lá umas noventa famílias”<sup>29</sup>, trabalhadores estes ligados ao MLT – Movimento de Luta pela Terra.

As pessoas que participaram do processo de ocupação eram pessoas oriundas da própria cidade de Campina Verde e também de outras localidades. O ato de ocupação ocorreu de forma bem pacífica, não havendo confronto direto com a proprietária do imóvel nem com a polícia. Sobre a ocupação o Sr. Cícero Antônio, afirmou que os articuladores daqui eram

*(...) o Marino e o Rufino né, aí depois chegou o Zé Maria, chegou o Carlinho que foi engrossando a discussão, iam no sindicato tentar*

<sup>28</sup> Carta em forma de Nota de Esclarecimento, enviada pela Província Brasileira da Congregação da Missão, assinada pelo Pe. Eli Chaves dos Santos, CM. Superior Provincial da Província Brasileira da Congregação da Missão, datada de 15 de setembro de 1997.

<sup>29</sup> Entrevista cedida ao autor em setembro de 2005

*negociar com o Laís para estar entrando, mas o Laís achava que não precisava que ia ser dividida a terra (...)*<sup>30</sup>

O Sr. Marino era um dos ex-arrendatários da fazenda Campo Belo e também presidente do PT em Campina Verde. Conforme entrevista concedida no dia 08 de junho de 1997 ao Jornal do Pontal, ou seja, antes da ocupação da fazenda, o Sr. Marino Cândido Alves, declarou que não estava fazendo cadastramento de sem terras, como vinha sendo comentado pela população. Ocorre que, no desenvolvimento desta pesquisa, em conversas com o Sr. Marino, em setembro de 2005, foi possível perceber um paradoxo, quando o mesmo afirmou que foi sim um dos líderes do movimento em Campina Verde. Segundo ele

*“(...) a fazenda dos padres, a Campo Belo, foi cedida ao INCRA para que fizesse a reforma agrária, e ai agente não tinha por onde começar, eu e o companheiro Rufino conversamos muito na época, vendo os trabalhadores ai desesperados querendo um apoio, uma ajuda. Fizemos um trabalho de base durante quatro meses, com os trabalhadores, eu acho que vale a pena e gratificante, eu já era arrendatário deste 1979, então procurei ajudar as pessoas que não sabiam por onde começar, hoje temos o assentamento ai, apesar de não ter sido beneficiado. Com a marcha para Brasília, um Bispo do Rio de Janeiro sensibilizou com aquela marcha, resolveram ceder a fazenda da Igreja, para fins de reforma agrária e ai a televisão anunciou, e o pessoal ficou desesperado porque todo mundo que é pobre queria a terra, mas não sabia por onde começar, ai nós fizemos por meios legais, que eram os movimentos sociais. A pessoa que foi procurada pelo INCRA foi eu, muito antes de falar sobre a reforma agrária o INCRA já mantinha contato comigo. O INCRA pediu para fazer uma organização de 150 famílias e fizesse um trabalho de base, para que ninguém fosse para a fazenda. Depois de quatro meses de trabalho de base o movimento ocupou a fazenda. Nós fizemos uma pré seleção das famílias (...)*<sup>31</sup>”

Mas a disponibilização da fazenda para fins de reforma agrária não impediu que a proprietária, Província Brasileira da Congregação da Missão, com sede no Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ sob nº 33.584.293/0001, propusesse uma Ação de Reintegração de Posse contra o movimento. Pois segundo o INCRA, esta ação constitui a primeira medida legal que um proprietário de terra deve realizar logo que tem sua propriedade ocupada por manifestantes de trabalhadores sem terra. É o primeiro passo legal a ser dado

<sup>30</sup> Entrevista cedida ao autor em janeiro de 2008.

<sup>31</sup> Entrevista cedida ao autor em setembro de 2005

para tentar conseguir sua propriedade de volta. Esta Ação de Reintegração de Posse serviu para que fosse concretizada a negociação da PBCM com o INCRA, pois sabemos que em caso de desapropriação o INCRA paga uma indenização ao desapropriado.

Atualmente, esta indenização vem se tornando algo de estímulo para alguns latifundiários, pois os mesmos estão sendo informados pelos seus respectivos contadores, de que é necessário elevar o valor de suas propriedades na hora de fazer sua Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), pois assim em caso de desapropriação suas terras ficam sempre valorizadas, ficando até mesmo em casos particulares, superior ao valor de mercado, o que torna então um comércio muito lucrativo para alguns latifundiários que desejam vender sua terra. Além disso, temos outras estratégias adotadas o que demonstra a astúcia de vários latifundiários do município de Campina Verde. Entre as medidas adotadas, estão aquelas em que os proprietários estão subdividindo seus latifúndios e doando-os ao seu grupo familiar, pois desta forma a propriedade continua no nome de vários membros do mesmo grupo familiar e sua propriedade deixa de ser considerada latifúndio e passa a se tornar média ou pequena propriedade. Temos ainda casos no município de Campina Verde, em que casais detentores de grandes propriedades, estão se “separando matrimonialmente”, mas não separação de corpos, mas sim de bens materiais, pois assim não serão considerados grandes proprietários mesmo continuando como detentores de uma grande propriedade.

Isso tudo nos faz lembrar de José Graziano, pois para ele “o fundamental é não pagar o valor de mercado das terras desapropriadas: aí seria uma negociata e não uma reforma agrária”<sup>32</sup>, esses recursos gastos em desapropriação, poderiam ser empregados no apoio à infra-estrutura, ao crédito e à assistência técnica, visando à viabilização dos assentados.

Mas de acordo com o superior da Provincial da Província Brasileira da Congregação da Missão, Pe. Eli Chaves dos Santos, a Ação de Reintegração de Posse serviu

---

<sup>32</sup> SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo. Brasiliense, 1985. P. 99.

*“para garantir as condições jurídicas necessárias e a fim de se evitar tumultos, danos e equívocos que pudessem prejudicar o funcionamento da fazenda ou mesmo inviabilizar o processo de futura implantação da reforma agrária na fazenda Campo Belo, a PBCM moveu uma Ação Judicial de Reintegração de Posse das áreas ocupadas”<sup>33</sup>”.*

Com essa Ação Judicial de Reintegração de Posse, os trabalhadores que estavam ocupando a fazenda Campo Belo, se retiraram para as margens da rodovia MGT-497, em um local conhecido como “Faxina” e ainda próximo ao rio que banha a cidade - rio Verde, isso para que o processo de desapropriação fosse totalmente concluído. Ocorre que nesse processo também ocorreu uma divisão entre os trabalhadores envolvidos e o movimento, pois segundo o Sr. Cícero Antônio

*“o Carlinho o Zé Maria e a Jane, rachou com o Marino e o Rufino e um tal de Canelão que era um dos coordenadores do movimento que estava aqui que veio de Uberlândia, aí um pessoal que eu fazia parte, ficou lá no Machadinho, e quando saíram foram lá pra Faxina(...) e o outro pessoal foi aqui pro lado do Rio Verde”<sup>34</sup>*

Esses trabalhadores passaram por muitos maus momentos, pois ficavam em barracos feitos de lonas, sem saneamento básico e com uma quantidade ínfima de mantimentos, pois sabemos que as cestas básicas que eles recebem não dão quase nada para se manterem.

Em entrevista concedida ao Jornal Pontal, o advogado da Província Brasileira da Congregação da Missão (PBCM), Sady de Castro Cotta, disse que

*(...) a Congregação da Missão colocou a fazenda Campo Belo à disposição do INCRA, no início de maio, embora tenham muitos compradores locais. Vai receber indenização em TDA - Título da Dívida Agrária – que podem ser saldados daqui a 10 anos, uma moeda que normalmente não interessa ao mercado. Como foi feita uma vistoria prévia, faltando a que chamamos de vistoria final, as terras não podem ser ocupadas. Por isso, as pessoas que estavam na fazenda, não podem voltar a ocupá-la, senão atrapalha o andamento do processo”<sup>35</sup>*  
(...).

---

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Entrevista cedida ao autor em janeiro de 2008.

<sup>35</sup> Jornal Pontal – 17/08/97

Segundo o Sr. Marino, no INCRA foi feito um acordo para selecionar os futuros assentados, o qual previa que o Sindicato ficaria com 50 vagas, o MLST ficaria também 50 vagas e a Prefeitura com mais 50 vagas. Só que esta proposta não deu certo, pois de acordo com o Sr. Cícero Antônio, “a proposta da Prefeitura, qual que seria, como que seria, mais ou menos cada vereador ia pegar tantas famílias ai fazer um ninho de política ali dentro, caba que é! É mas não é igual foi proposto inicialmente”<sup>36</sup>.

É importante informar ainda, que no momento da ocupação da fazenda Campo Belo, os trabalhadores ainda estavam juntos e vinculados ao Movimento de Luta pela Terra (MLT), mas com algumas alterações posteriormente ocorridas em âmbito nacional, o Movimento passa a estar vinculado ao Movimento de Libertação dos Sem Terras de Luta, MST e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

De acordo com o Sr. Cícero Antônio a senhora Jane, foi quem “trouxe um pessoal do MST, e a maioria, a maioria não, todos os ciganos ficaram com o MST, acompanharam a Jane, o Zé Maria e o Carlinho que eram os coordenadores daquele grupo, e ai engrossou o pessoal do MST”<sup>37</sup>.

Com a divisão dos trabalhadores acampados, liderados por movimentos distintos, como MLST (Movimento de Luta dos Sem-Terra) e MST (Movimento dos Sem-Terra), os mesmos passaram a disputar intensamente as vagas para serem assentados, talvez ai tenha surgido um dos grandes problemas para o Projeto de Assentamento: a disputa por vagas. O próprio empreendedor social do INCRA, Sr. Bento, em relatório apresentado ao Chefe da Divisão de Suporte Operacional, sobre a situação ocupacional e de desenvolvimento no Projeto de Assentamento Campo Belo, disse que

*(...) o assentamento das famílias procedeu-se em Dez/98 após ter ocorrido muita disputa por vagas entre os movimentos sociais da região. Talvez aí começando um dos grandes problemas do P.A. com a má seleção das famílias beneficiadas. Faltou assistência efetiva e determinação por parte do INCRA quando da implantação do Projeto, especialmente quando os Movimentos Sociais disputavam o maior número de vagas. Diante este fato, ocorreu-se a má seleção das famílias assentadas*<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> Entrevista cedida ao autor em janeiro de 2008.

<sup>37</sup> Idem

<sup>38</sup> Relatório apresentado ao Chefe da Divisão de Suporte Operacional do INCRA, conforme programação de viagem nº 02/03.

Ao derrubarem a liminar de reintegração de posse, os acampados que ainda estavam divididos, poderiam voltar para a fazenda Campo Belo. Mas segundo o Sr. Cícero o movimento continuou dividido, pois

*o pessoal do MLST então voltou lá pro córrego da Manga, lá em cima, e o pessoal do MST ficou ali na entrada do Binaco, quando o Sindicato ficou sabendo disso, eles organizaram um grupo e foram entrar também, só que aí o que o grupo que tava lá dentro fez, o MST cercou ali, não deixou ninguém entrar e o MLST também não deixava entrar, eles rudiaram lá em cima e montaram um acampamento dentro da fazenda também, então formou o terceiro acampamento também<sup>39</sup>.*

E no dia 11 de setembro de 1997, o presidente da república Fernando Henrique Cardoso, declarou conforme Art. 1º

*Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18 letras “a”, “b”, “c” e “d”, e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, parte do imóvel rural denominado “FAZENDA CAMPO BELO”, com área de 4.584,6770 ha (quatro mil, quinhentos e oitenta e quatro hectares, sessenta e sete ares e setenta centiares), situado no município de Campina Verde, objeto da Matrícula nº 1.767, fls. 285, Livro 2-F, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campina Verde, Estado de Minas Gerais<sup>40</sup>*

Diante desse decreto, o município de Campina Verde recebeu no dia 19 de outubro de 1997, a visita de uma comissão do INCRA, composta por três profissionais e coordenada pelo engenheiro Rogério Carvalho de Castro, cuja comissão providenciou o cadastramento de todas as famílias acampadas na referida propriedade rural, quais sejam, ligadas ao MLST, MST, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ainda arrendatários, ex-arrendatários e funcionários da Fazenda Campo Belo. Foram cadastradas um total de 320 famílias.

Percebe-se que no momento da ocupação, o número de famílias era bem reduzido, pois pouquíssimas pessoas no município tinham ouvido falar em reforma agrária. Mas com o tempo, foi aumentando o número de pessoas que queriam um “pedaço de terra”, tanto é que foram cadastradas 320 famílias. Tivemos também, pessoas que foram beneficiadas com uma parcela, mesmo

<sup>39</sup> Entrevista cedida ao autor em janeiro de 2008

<sup>40</sup> Decreto expedido em 11 de setembro de 1997, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

nunca sendo acampados. Um desses casos aconteceu com o Sr. Donizetti, pois o mesmo informou que “não fiquei embarracado com eles não, na verdade foi o padre que me deu a terra, eu trabalhava pro Mozart Paulista, eu só vim pra receber, eu num fique nenhum dia debaixo do barraco”<sup>41</sup>.

Diante dessa “seleção” empreendida, o senhor Bento Ferreira da Silva, técnico agrícola e empreendedor social do INCRA, designado para atuar nos projetos dos assentamentos Campo Belo, neste município, rio das Pedras, em Uberlândia, Barreiro, em Limeira do Oeste, e Pontal do Arantes, em União de Minas, declarou que

*(...) quando da criação de um Projeto de Assentamento o INCRA faz uma seleção de candidatos. A legislação orienta que se faça uma seleção atendendo os trabalhadores com maior número de famílias, aqueles trabalhadores oriundos das atividades agrícolas, etc.*<sup>42</sup>

Mas parece que isso não foi bem o que aconteceu no assentamento Campo Belo, pois tivemos diversas pessoas que foram assentadas mesmo não tendo anteriormente nenhuma relação com o trabalho rural. Isso demonstra claramente a falta de atuação por parte do INCRA.

O INCRA vem utilizando uma metodologia totalmente subjetiva para cadastrar os acampados, tais como: estado civil, sexo, se já trabalhou ou não no campo, etc. Esses dados coletados pelo INCRA são claramente passivos de omissão, pois qualquer pessoa poderá prestar essas informações, basta ter algumas orientações do movimento. O assentado Cícero Antônio disse que “não menti nenhuma palavra para o INCRA, eu omiti algumas informações sobre eu, porque eu não vou falar alguma coisa que vai me prejudicar”<sup>43</sup>. Além do mau cadastramento empreendido pelo INCRA, parte dos movimentos vêm cometendo outro grande erro, aquele de conviver com a situação vigente. A relação muito das vezes dentro do acampamento passa a ser de defender interesses próprios, não tendo mais o espírito do coletivismo, pois muitos líderes, na tentativa de arrecadarem fundos para o desenvolvimento e crescimento do movimento, passam a omitir informações junto ao INCRA. Isso provoca um descompasso, pois muito das vezes aqueles acampados que

---

<sup>41</sup> Entrevista cedida ao autor dia 08/01/08.

<sup>42</sup> Entrevista cedida ao autor dia 08/08/2005.

<sup>43</sup> Entrevista cedida ao autor em janeiro de 2008.

realmente precisam da terra para sobreviver ficam eliminados dos processos de assentamento. Partindo desse princípio, o Sr. Cícero declarou que a má seleção

*(...) é um maior prejuízo da reforma agrária, só que o maior culpado de tudo, não é o INCRA, são os movimentos, ocê entendeu. Que o movimento, qual é o objetivo do movimento é arrecadar recursos para o movimento, ai chega um cara lá, que é pedreiro, pedreiro não tem perfil de trabalhador rural, o cara e pedreiro mas ele tem condições de contribuir com o acampamento, dar um 30 reais, 40 reais mensal. Então aquilo ali é vantagem para o movimento, tem gente desse tipo, tanto que nessa acampamento que ficou 32 pessoas eliminadas, é porque o cara, ele não foi bem instruído pelo movimento e colocou a profissão dele (...)<sup>44</sup>*

No assentamento aqui estudado, passaram pelo processo de seleção do INCRA cento e setenta famílias, de um total de trezentas e vinte famílias cadastradas. Das famílias selecionadas, tivemos 71 que pertenciam ao MST, 42 ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Verde, 40 ao MLST e 17 que foram selecionados na qualidade de arrendatários, ex-arrendatários, meeiros e funcionários da fazenda Campo Belo. Sendo assim, os mesmos foram beneficiadas com uma parcela de aproximadamente vinte hectares por família e reservado um mil e setenta e oito hectares de reserva florestal em duas glebas distintas e duzentos e dezoito hectares de preservação permanente, conforme estabelece a legislação ambiental. Mas essas reservas não foram ainda averbadas, pois existem no seu interior, dois ex-arrendatários da fazenda, que não foram assentados, quais sejam: Marino e Napoleão. Com isso, todos os outros assentados não conseguiram, ainda, nem sequer desmatar áreas em suas propriedades. Isso, sem dúvida, é um dos mecanismos que vem atrapalhando o desenvolvimento dos assentados na fazenda, pois possibilita uma menor área de cultivo.

### **Cultivo e produção nos acampamentos**

O objetivo de tornar as terras produtivas e delas tirar sua subsistência começa gradativamente a se tornar uma realidade na vida de algumas famílias ainda durante o período de acampamento da fazenda Campo Belo, quando

---

<sup>44</sup> Entrevista cedida ao autor em 03 de janeiro de 2008.

elas deram início ao processo de produção. Isso ocorreu, contando apenas com recursos próprios para a aquisição de ferramentas, sementes, adubos e ainda com ajuda de terceiros, pois afinal não tinham maquinários para realizar o preparo da terra. Alguns desses trabalhadores começaram a produzir muito timidamente, pois não sabiam se iriam realmente ser beneficiados com uma parcela de terras. Exemplo disso aconteceu no acampamento dos trabalhadores vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pois tinha um grupo de 64 famílias, sendo que destas, 29 passaram a cultivar arroz, milho, melancia e legumes, em uma área 14 hectares e meio, enquanto preparavam outra área com 12 hectares que seria também destinada ao plantio de arroz. Do total de 64 famílias acampadas, 35 não fizeram parte dessa produção coletiva, pois segundo o presidente do acampamento Miguelito Borges da Silveira, elas estavam inseguras quanto ao futuro

*“Muitos trabalhadores estão apreensivos com essa indefinição se todos terão direito ou não a terra. Eles ficam com medo de plantar e ter de deixar sua produção de uma hora para outra. Precisamos de uma decisão do INCRA, porque é muito sofrida essa vida. Estamos querendo nossa terra para trabalhar. O INCRA já sabe que estamos produzindo, mas nem todo mundo vai pegar um pedaço de terra.”<sup>45</sup>*

No acampamento do MLST, os trabalhadores também tiveram uma produção bastante diversificada, pois em uma área de 05 hectares, plantaram arroz, mandioca, 1600 covas de melancia e, para aproveitar bem a área, entre a plantação de arroz foi introduzido um plantio de pepino, abóbora e quiabo. A produção de melancia foi comercializada no Merco Uberlândia Cooperativa de Hortifrutigranjeiros, que atende aos pequenos produtores de toda a região, pagando preço de mercado e evitando atravessadores. Os recursos para o plantio dessas culturas, também foram em parte, oriundos dos próprios acampados. Em entrevista, o Sr. Anilson Barcelos dos Santos, um dos acampados, afirmou que a maior dificuldade que eles enfrentaram estava relacionada ao

*“preparo da terra, porque precisávamos de máquinas. Só que, quando falávamos que era para ser usada no acampamento, muitos não*

---

<sup>45</sup> Entrevista cedida ao Jornal Pontal, em 14 de dezembro de 1997.

*emprestavam. Diziam que, se fosse para mim, não teria nenhum problema.”<sup>46</sup>*

Atualmente o Sr. Anilson ainda está produzindo melancia e vendendo-as na cidade, pois adquiriu um veículo “pampa” para fazer o transporte. Além disso, está vendendo também, farinha, polvilho e pimenta, entre outros produtos. Segundo o Sr. Cícero, a renda proveniente da venda de pimentas que o Sr. Anilson vem produzindo está sendo aplicada na educação de seu filho, pois o mesmo está cursando faculdade de direito, com a renda proveniente do lote.

### **Disponibilização de créditos**

Em quase todas as esquinas de Campina Verde, encontramos pessoas questionando sobre reforma agrária. Ainda mais, porque para essas pessoas os “sem terras”, além de ganhar terras, tem crédito fácil junto aos Bancos, e, além do mais, não pagam os empréstimos contraídos. Às vezes até parece que esses trabalhadores assentados vêm sendo observados como se fossem protagonistas de programa televisivos do tipo “Big Brother”<sup>47</sup>. Alguns torcem para que os mesmos cometam deslizos, o que daria motivos para críticas e, por conseguinte, confirmação de que a reforma agrária não dá certo mesmo.

Sobre essas argumentações de que são os trabalhadores assentados aqueles que obteriam créditos fáceis, além de não pagarem a união, um olhar atento para a história do Brasil, parece revelar outra coisa. Aliás, basta acompanhar o noticiário da imprensa para se perceber que o que acontece com os trabalhadores sem terras chega a ser irrisório perto do que a União, os Estados e os Municípios vêm oferecendo em termos de crédito farto e barato, incentivos fiscais e comerciais, pesquisa e assistência técnica, principalmente para os grandes e médias proprietários. De acordo com a Revista Veja, de 15/08/2001<sup>48</sup>, uma das revistas de maior tiragem nacional, os maiores devedores são aquelas empresas que sonegam impostos ou não pagam os financiamentos públicos contraídos:

---

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Programa exibido pela Rede Globo de Televisão.

<sup>48</sup> Disponível em: [www.veja.abril.com.br](http://www.veja.abril.com.br), acesso realizado dia 15/08/2001.

Os dez maiores devedores					
Na lista abaixo, há empresas que atuam na indústria, no comércio, na agricultura e em serviços. Seus débitos somados chegam a 7,3 bilhões de reais					
EMPRESA	ENGESA	BANCO ECONÔMICO	GKW FREDENHAGEN	MILANO	VARIG
RAMO DE ATUAÇÃO	Indústria bélica	Mercado financeiro	Fabricação de equipamentos industriais	Venda de automóveis	Aviação
VALOR DA DÍVIDA (em reais)	<b>1,8 bilhão</b>	<b>1 bilhão</b>	<b>853 milhões</b>	<b>670 milhões</b>	<b>610 milhões</b>
POR QUE NÃO PAGO	"Estamos tentando vender parte do patrimônio que restou para pagar as dívidas trabalhistas", diz Célio Almada Filho, responsável pela massa falida da empresa	"A maior parte desta dívida é improcedente. Em um dos processos, um débito de 9 milhões de reais foi reduzido para 290 000", diz Francisco Vaz, advogado da massa liquidada do Econômico	"No cálculo da dívida, houve um erro de conversão da moeda. Nosso débito é de 650 000 reais", diz Paula Acirón, advogada da empresa	A empresa não quis dar explicações	"Não concordamos com os procedimentos fiscais. Alguns deles já foram até considerados inconstitucionais", explica Manuel Guedes, diretor de controladoria da empresa
EMPRESA	ENCOL	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR E ALCOOL DE ALAGOAS			
RAMO DE ATUAÇÃO	Construção civil	Agricultura			
VALOR DA DÍVIDA (em reais)	<b>580 milhões</b>	<b>534 milhões</b>			
POR QUE NÃO PAGO	"A excessiva carga tributária sobre as empresas e a política administrativa adotada pela Encol contribuíram para a dívida", diz Júlio Alencastro Veiga, advogado da massa falida da empresa	"Os usineiros sempre foram muito estigmatizados e a discussão sobre pagamento de dívidas com o governo é uma coisa nova", diz Maria Fernanda Vilela, advogada dos empresários			
EMPRESA	DOVER	COOPERATIVA FLUMINENSE DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR E ALCOOL	CLAJO INVESTIMENTOS		
RAMO DE ATUAÇÃO	Fabricação de materiais plásticos	Agricultura	Mercado financeiro		
VALOR DA DÍVIDA (em reais)	<b>418 milhões</b>	<b>406 milhões</b>	<b>406 milhões</b>		
POR QUE NÃO PAGO	"É uma aventura jurídica do governo, que mandou inscrever a dívida sem analisar corretamente sua origem", contesta Helder de Souza Pinto, do departamento jurídico da empresa	"A culpa é do governo, que não investiu na irrigação, como havia prometido", reclama Antônio Evaldo Inojosa, usineiro e ex-presidente da cooperativa	Os sócios moram em Miami e não foram localizados		

Fonte: Disponível em: [www.veja.abril.com.br](http://www.veja.abril.com.br), acesso realizado dia 15/08/2001

A constituição dos assentamentos, entretanto, remete a uma nova série de problemas e desafios, como o difícil acesso aos instrumentos de política agrícola, ao crédito e à assistência técnica, bem como a falta de infra-estrutura social, marcada pela ausência de postos de saúde, transporte, eletrificação rural e educação.

Em levantamento realizado pelo empreendedor social do Incra, Sr. Bento Ferreira da Silva, cujo objetivo seria demonstrar a situação ocupacional do Projeto de Assentamento Campo Belo, em abril de 2003, programação de viagem número 02/03, apresentado ao Sr. Chefe da Divisão de Suporte

Operacional, podemos notar que um assentado recebe cerca de R\$13.425,00 (treze mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), conforme podemos ver no quadro explicativo abaixo:

Concessão de Créditos aos Assentados:

<b>Créditos</b>	<b>Número de lotes</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Total R\$</b>
Apoio à implantação	170	1.425,00	242.250,00
Habitação	169	2.500,00	422.500,00
Procera/Pronaf	169	9.500,00	1.605.500,00
<b>TOTAL</b>		<b>13.425,00</b>	<b>2.270.250,00</b>

\*Quadro elaborado pelo empreendedor social do Incra<sup>49</sup>

Partindo da tabela supra, fica evidente que é impossível uma família construir uma habitação nos parâmetros mínimos de infra-estrutura com R\$2.500,00, conseqüentemente isso faz com que diversas famílias passem a desistir dos lotes recebidos, em prol de outras famílias, mediante pagamento, assunto que abordaremos no capítulo seguinte.

---

<sup>49</sup> Relatório apresentando ao Chefe de Divisão de Suporte Operacional do Incra –SR-06,

## **CAPÍTULO II**

### **SONHOS CONSTRUÍDOS, SONHOS DESMORONADOS**

*(...) o discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro.*

Thompson – A Miséria da teoria ou um planetário de erros

## Como utilizar o crédito

Sabemos claramente que os créditos concedidos pelo INCRA, somados àqueles contraídos pelos trabalhadores diretamente junto às Instituições Financeiras, não são suficientes para a montagem, estruturação e produção de uma verdadeira reforma agrária a qual parte da população brasileira vem sonhando. Desta forma, esta pequena concessão de créditos disponibilizada pelo governo gerou e vem gerando algo extremamente preocupante para o sucesso da reforma agrária brasileira. Para agravar ainda mais esse quadro, muito vezes, os créditos fornecidos pelo Estado estão sendo desviados de seu objetivo principal, qual seja o de promover a produção no lote, para pagamento de dívidas contraídas antes mesmo dos assentados serem efetivados, bem como, durante o período em que os trabalhadores permaneceram acampados, uma vez que, nessa fase, muitos não podiam deixar o acampamento para trabalhar e nem tinham as terras totalmente disponibilizadas para o cultivo.

Assim, a grande maioria dos trabalhadores assentados na fazenda Campo Belo, contraiu créditos, tais como PRONAF, que teoricamente, ajudariam os assentados no processo de estruturação. Mas parece que esse crédito não trouxe benefício para todos os assentados, pois segundo o Sr. Donizett, ex-assentado na fazenda Campo Belo, “eu não divia e passei a devê, tudo que eu produzia não tinha valor (...). Vendi para pagar dívidas, porque eu sabia que aquilo ali não ia me dá futuro, eu não tinha retorno<sup>50</sup>. Grande parte destes créditos foi utilizado pelos assentados na compra de vacas, sendo que uma parte expressiva de trabalhadores assentados passou a investir na pecuária leiteira. Acontece, aqui, algumas falhas, tais como, para liberar créditos “PRONAF”, o Banco do Brasil S.A. exige a elaboração de um projeto agrícola, que tem o apoio da EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, mas esse projeto muito das vezes não condiz com a realidade, além de faltar uma fiscalização das instituições responsáveis.

Lembremos aqui da “Lei da Oferta e da Procura”, pois se temos aproximadamente 170 famílias sendo beneficiadas com o PRONAF, isso

---

<sup>50</sup> Entrevista cedida ao autor em 08/01/08.

provocará uma maior circulação de dinheiro. Conseqüentemente muitas pessoas chamadas de marreteiros, passaram a vender vacas leiteiras aos assentados, com um preço espantosamente alto. Só que muito destes animais estavam velhos, doentes e não produziam aquela média de leite esperada pelos assentados. Para o assentado Cícero

*(...) esse é um outro fator, que atrapalhou nois demais no assentamento, porque quando saiu aquele dinheiro, tinha gente que conhecia vaca de trabalhar pros outros, às vezes não sabia nem tirar leite, trabalhava na roça mas não sabia tirar leite (...), só que o crédito quando sai ele tem que ter um acompanhamento (...) porque antes ducê comprar uma vaca, eu acho que primeiro você tem que ter o pasto, pra você comprar uma vaca (...) o Raimundinho, ele saiu com uma área que era quase três alqueires de mato, veio pra ele comprar 10 vacas, fazer curva de nível, fazer cerca e não veio pra reforma pasto, então quer dizer, ali ele já ouve o desvio do dinheiro das vacas, comprou umas novilhinhas, colocou ali, tal o dinheiro foi cabando (...)<sup>51</sup>*

Um outro transtorno gerado para alguns assentados foi a instabilidade do preço do leite: “ocê trais leite na cooperativa aqui, ora que ta na seca eles baixa o leite e suspende a ração, cumé que vai paga”<sup>52</sup>. Além do mais, nesse processo tivemos a decretação de falência de um dois maiores laticínios de leite de Campina Verde, o “Milk Vida”, sendo que, conseqüentemente, os assentados que forneciam leite para este laticínio ficaram prejudicados, gerando um transtorno ainda maior na vida daquelas pessoas, que viviam da venda desse produto.

Além disso, tivemos também assentados que passaram a comprar “vacas fantasmas”, aquelas que você compra num dia e vende no outro, fazendo com que o crédito concedido pela instituição fosse totalmente desviado para outras finalidades. Conseqüentemente isso gerou um endividamento de diversos trabalhadores assentados. De acordo com o Sr. Donizetti,

*tinha gente que comprava um gadinho ali, amanhã tava vendendo, fechava nu meu currale (...)mas aquilo e safadeza, ele não tava nem ai, ele queria comprar pra vende amanhã , ele não queria sabe se compro por oitocentos vendia por quinhentos, o negócio dele era vendê, ocê entendeu como que é (...) eu vi nego comprando vaca de oitocentos conto ali e vendendo por seiscentos<sup>53</sup>*

<sup>51</sup> Entrevista cedida ao autor em 03/01/2008.

<sup>52</sup> Entrevista cedida ao autor em 08/01/2008.

<sup>53</sup> Idem.

Diante do exposto, fica clara a ausência de um trabalho de base, que deveria ser realizado ainda dentro dos acampamentos e depois nos assentamentos, pois se isso fosse feito, com certeza iria gerar uma maior estabilidade e produtividade nos assentamentos. Deste modo, podemos perceber que o assentamento não teve um planejamento e acompanhamento técnico adequado, faltou também uma maior fiscalização por parte do governo, pois quando o governo disponibiliza uma verba, esta verba deverá ser acompanhada passo a passo pelo órgão responsável. Uma das indignações do Sr. Cícero é que “esses funcionários do Banco do Brasil, acho que nunca atravessou o Bicano pra lá, para fazer uma vistoria em tal lugar, nunca foram”.<sup>54</sup>

### **Arrendamento e cessão onerosa dos lotes**

A Legislação Brasileira prevê a inalienabilidade de parcelas em assentamentos. Mas isso não está sendo respeitado, neste caso específico do Assentamento Campo Belo, pois alguns trabalhadores assentados estão sim alienando suas parcelas. No momento em que os trabalhadores são assentados firmam um contrato de assentamento com o ao INCRA, e neste contrato fica claro que o lote e/ou parcela é inegociável. Podemos aqui observar algumas cláusulas do contrato

*CLÁUSULA QUARTA – A parcela contratada é inegociável pelo prazo de 10 (Dez) anos, nos termos do Artigo 189 da Constituição Federal.*

*CLÁUSULA QUINTA – No caso do beneficiário assentado alienar, hipotecar, arrendar ou efetuar qualquer tipo de transferência de titularidade, benfeitorias e possessórias da parcela a terceiros, sem que o INCRA tome prévio conhecimento e aquiescência, dar-se-á rescisão do presente Contrato, independente de Ação Judicial<sup>55</sup>.*

Mas com base na Lista de Beneficiados expedida pelo INCRA no dia 12 de novembro de 1998, bem como diante de alguns relatos de ex-assentados e

---

<sup>54</sup> Entrevista cedida ao autor em 03/01/08 – Bicano é um local muito próximo à cidade, local em que a população busca água para suas casas, principalmente pessoas da via urbana

<sup>55</sup> Superintendência Regional de Minas Gerais – SR (06). Contrato de Assentamento / número MG01020000148, datado de 12/08/98.

também dos atuais assentados, pude detectar que mais de 50% dos lotes “parcelas”, do Assentamento Campo Belo foram e estão sendo alienadas. Sendo assim, comecei indagar: quais motivos levam a essa situação? O que leva uma pessoa a lutar pela terra e depois aliená-la? Diante deste questionamento, comecei a buscar alguns motivos para esse procedimento e para a venda de lotes.

Percebe-se que desde o início da divulgação da lista de beneficiários do Projeto de Assentamento Campo Belo e principalmente após o sorteio dos lotes, pois este foi o método utilizado neste assentamento, começaram surgir as especulações sobre troca e venda de lotes. De acordo com avaliação do Sr. Donizetti, como alguns beneficiados não ficaram satisfeitos com a localidade de seus lotes, desta forma “aquele povo lá vai chegando, chegando, levai, cada um tirando e brigando (...) o outro já queria breganha, o outro já queria vendê”<sup>56</sup>.

Portanto, esses são alguns fatores que ajudam a explicar porque, desde o início, após o processo de ocupação da fazenda Campo Belo, muitos assentados que receberam seus lotes com tamanha dificuldade, passaram a comercializá-los. Conforme podemos notar na entrevista realizada pelo jornal Pontal com o primeiro presidente da Associação Nova Campo Belo, o Sr. Cícero Antônio Magalhães de Moraes:

*“Alguns assentados estão desistindo de seus lotes, mas o maior problema que está ocorrendo é que terceiros (pessoas excedentes), estão adquirindo esses lotes. Nesse caso, essas pessoas correm o risco de perderem o dinheiro, uma vez que, o INCRA não reconhece os registros de Cartório e sim apenas o contrato de assentamento”, adverte o presidente. O procedimento correto neste caso, segundo Cícero é que seja feita uma triagem, uma seleção, onde seriam selecionadas três pessoas, o inscrito que recebesse maior pontuação seria contemplado com o lote<sup>57</sup>.*

Esta declaração noticiada pelo Jornal Pontal, despertou-me o interesse, pois se tem alguém vendendo seu lote e porque alguém está comprando e também alguém está legalizando. Desta forma, procurei o Sr. Cícero para explicar a declaração supra, e ele me disse que “a primeira remessa de

---

<sup>56</sup> Entrevista cedida ao autor em 08/01/08.

<sup>57</sup> Jornal Pontal – Campina Verde, 11 de março de 2001, número 544, Ano 11.

assentados, foi na minha época, eu era presidente”<sup>58</sup>, desta forma fica evidente que até mesmo o presidente tinha conhecimento dessas vendas.

O Sr. Cícero tem-se demonstrado totalmente contrário às vendas de lotes, mas segundo ele “quem abriu a porteira foi o INCRA”<sup>59</sup>. Pois a princípio, com a chegada em 2003 do empreendedor social, Sr. Bento, ele foi “impondo todo tanto, rígido na questão da venda de lote”<sup>60</sup>, dizendo que não era permitindo nenhuma venda, pois quem comprasse estaria correndo o risco de perder tudo, etc. Para o Sr. Bento a “alta rotatividade de assentados (negociatas de lotes), faz-se necessário adotar medidas enérgicas para coibir estas transações ilegais”. Mas pouco tempo depois, em assembléia, o Sr. Bento vendo a pressão que estava sendo submetido, começara a adotar medidas totalmente antagônicas àquelas expostas, pois chamou o Sr. Cícero, que era até então presidente do assentamento “e falou: nós vamos ter que assentar esse pessoal aí”<sup>61</sup>. Desta forma o INCRA passou a abrir precedentes, que a partir daí só fez aumentar o número de lotes vendidos. Além disso, o INCRA quer jogar a responsabilidade da venda de lotes para as associações, pois

*(...) o INCRA exige uma assembléia da comunidade, só que o cara já tá lá dentro, ele já tem meia dúzia de amigos ali que ele já convenceu, que conversou com o presidente da associação (...) então qual que é a artimanha do INCRA nessa situação joga a responsabilidade pra cima dos assentamentos, aí o quê que acontece, o INCRA tem se alguém entrar com recurso, foi aprovado pela comunidade, o povo aceitou eles lá (...)*<sup>62</sup>

O próprio presidente da Associação Nova Campo Belo de 2001, Sr. Mariosan de Freitas, através de panfletos informativos distribuídos entre os assentados, retratou o combate a venda e arrendamento de lotes no Assentamento Campo Belo. Segundo o informativo

*(...) no caso do beneficiário assentado alienar, hipotecar, arrendar ou efetuar qualquer tipo de transferência de titularidade, benfeitorias e possessórias da parcela a terceiros, sem que o INCRA tome prévio*

---

<sup>58</sup> Entrevista cedida ao autor em 03/01/08.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Entrevista cedida ao autor em 03/01/08.

<sup>61</sup> Idem

<sup>62</sup> Entrevista cedida ao autor em 03/01/08.

*conhecimento e aquiescência, dar-se-á rescisão do presente Contrato, independente de Ação Judicial (...)*<sup>63</sup>

Só que apesar de tentar conter o avanço na venda de lotes, o Sr. Mariozan de Freitas veio também, *a posteriori*, ele mesmo a vender seu lote e mudar do município de Campina Verde-MG.

Procurando buscar explicações para essa realidade, é possível concluir que, em muitos casos, aqueles trabalhadores assentados não estão preparados para gerir sua parcela de terras e também não contam com um assessoramento por parte do INCRA para se estruturarem. Além disso, também falta de infra-estrutura adequada, para permanecerem em seus lotes, pois de acordo com o Sr. Bento “o projeto foi implantado em 1998 e lamentavelmente não foram executadas as obras de infra-estrutura no P.A., especialmente a instalação da energia elétrica o grande anseio da comunidade”<sup>64</sup>.

No que diz respeito a essa atividade ilegal, existem grandes especulações comerciais, cada dia que se passa o preço dos lotes está aumentando e o INCRA não consegue conter essas vendas. Até mesmo pessoas que tinham outras propriedades rurais, fora do assentamento, passaram a pleitear a compra e legalização de lotes na fazenda Campo Belo. Para burlar a legislação, ora colocavam a área adquirida no nome de “laranjas”, outras vezes vendiam propriedades menos valorizadas e compravam lotes valorizados no assentamento, devido principalmente à localização, pois alguns ficam a poucos metros do perímetro urbano. Temos também casos em que proprietários rurais doam sua propriedade para os filhos, pois assim passam a não ter nenhum vínculo com o INCRA, ficando então mais fácil para comprar e legalizar seu provável lote. Para o Sr. Cícero, sua vida hoje

*(...) ta boa se eu vender o lote, vou te falar porque, porque o INCRA, o governo, a reforma agrária do governo, ela ta muito mal gerida ainda né, vou te falar o porquê que se eu vender o lote hoje pra mim ta melhor, lá tem dia que eu levanto 3 horas da manhã paro 8 horas da noite, 9 hora da noite, semana inteira (...) Se eu vender o meu lote hoje eu monto a minha fábrica de farinha por exemplo, se eu fizer mil quilo de farinha por*

<sup>63</sup> Panfleto divulgado pelo presidente da Associação Nova Campo Belo, conforme Assembléia realizada dia 28/10/2001.

<sup>64</sup> Relatório enviado pelo Sr. Bento ao Chefe da Divisão de Suporte Operacional, conforme programação de viagem nº 02/03.

*semana, eu não estoco ela não, eu fico sem ela toda semana, porque é um negócio bão (...)*

Através de visita *in loco* pude detectar que apesar da produção de farinha de mandioca tradicional e temperada do Sr. Cícero ser bem arcaica, o mesmo tem projetos para ampliá-la, pois atualmente ele abastece a cidade de Campina Verde, o distrito de Honorópolis, o município de Iturama, dentre outros. Mas para ele, esse projeto só poderá ser realizado mediante liberação de créditos, só que o mesmo não está conseguindo, pois já possui dívidas contraídas anteriormente, cujas dívidas já foram renegociadas, mas mesmo assim, não conseguiu ainda pagá-las.

Os créditos, muitas das vezes são liberados com atraso, fazendo com que a produção não seja satisfatória até mesmo para um período favorável. Como é sabido o período chuvoso na região vai de dezembro a março, motivo pelo qual esse atraso provoca uma perda na agricultura e uma perda na reforma dos pastos. Isso tudo para o Sr. Cícero são pontos negativos que favorecem a venda e/ou arrendamento dos lotes, pois

*(...) a demora pra sair o crédito habitação, recursos para iniciar os trabalhos dentro assentamento, energia elétrica, questão de água, isso tudo e um dos fatores, que as vezes o cara desanima, teve muitos que venderam aqui é por isso, depois vem a questão da situação financeira da pessoa lá dentro, a questão financeira de venda é a última esta quase descartada (...)*

Para o Sr. Luiz Carlos Donizetti o motivo principal da venda dos lotes é devido “a falta de apoio do INCRA, e o acompanhamento dos órgãos responsáveis e a perseguição de alguns funcionários corruptos do INCRA”<sup>65</sup>

O número de lotes vendidos é gritante, sendo que alguns deles já foram vendidos até três vezes. Exemplo disso é o lote do Sr. Donizetti. Seu antigo lote fica muito próximo do perímetro urbano, desta forma é mais valorizado. O Sr. Donizetti foi beneficiado com esse lote, mas vendeu-o para dona Aguida Ferreida de Menezes Matos, que veio posteriormente alienar o mesmo para seu filho, e que atualmente segundo o Sr. Donizetti quer vender também “ele que vendê, a velha já vendeu, agora ele já que vendê (...). Diz-ele que não dá

---

<sup>65</sup> Entrevista cedida ao autor em: 16/01/2008.

futuro não, a usina dá mais pra ele (...) ele que vendê, dá la por setenta mil (...)"<sup>66</sup>.

Depois de ter ficado cerca de dez anos no assentamento Campo Belo, o Sr. Donizetti disse que “eu vindi aquilo lá, eu não tenho arrependimento não rapaz”<sup>67</sup>. Percebe-se que a prática de arrendamento dos lotes, vem sendo também muito comum no Assentamento, pois muito das vezes por não terem condição de produzir nos lotes, muitos assentados vem arrendando suas terras para proprietários de gado. Esse é um tipo de arrendamento cujos valores alcançados variam, sendo que alguns lotes foram arrendados até mesmo por duzentos reais.

Para o Sr. Cícero a venda de lotes tem vantagem “uma das vantagens da venda de lote é que enxuga bem o assentamento, só que não é o propósito da reforma agrária”<sup>68</sup>, enxuga no sentido de selecionar bem os assentados.

Como se nota, a observação da realidade vivenciada por alguns trabalhadores assentados e ex-assentados, evidenciam não um motivo único para a venda e arrendamento de lotes, mas sim vários. Dentre tantos, à má seleção empreendida pelo INCRA, a falta de assistência técnica, a falta de créditos, a não liberação de crédito em tempo hábil, a má utilização dos créditos, a falta de infra-estrutura social, marcada principalmente pela ausência de transporte, eletrificação rural, educação, são alguns que cabem destaque.

Com isso, conclui-se que uma política efetiva de Reforma Agrária para o país requer muito mais do que a distribuição de terras. Como enfatiza Markus, igualmente imprescindível é a “garantia de uma política agrícola adequada aos trabalhadores, à saúde, educação, lazer, etc. necessidades que eles devem ter supridas no assentamento, para garantir a continuidade das famílias no campo”<sup>69</sup>.

---

<sup>66</sup> Entrevista cedida ao autor em 08/01/08.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Entrevista cedida ao autor em 03/01/08.

<sup>69</sup> MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: Somo nós que é o Movimento*. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC-SP), 2002. P. 238.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o término deste trabalho, espero que outros pesquisadores também possam analisar e refletir um pouco mais sobre as condições que os trabalhadores vêm enfrentando para o desenvolvimento da reforma agrária no Brasil, buscando a partir de então as particularidades que dificultam e até mesmo impedem um desenvolvimento mais homogêneo no Brasil.

Espero também que este trabalho possa despertar o interesse não só de pesquisadores acadêmicos, mas também de toda a sociedade, que muito das vezes não teve e não tem contato com a academia. Sendo assim, toda a sociedade não poderá fechar os olhos para as questões sociais que envolvem o nosso país, pois estas influenciam direta ou indiretamente nosso cotidiano de vida.

Precisamos de uma política séria, que realmente possa contribuir para o desenvolvimento da reforma agrária, e não uma política que vem aparentemente disputando os noticiários para apresentarem números de qual governo vem assentando mais trabalhadores no Brasil. Enquanto grande parte da sociedade brasileira não estiver consciente de que seja necessário defender uma política de reforma agrária, o Brasil vai continuar sendo um “país de todos”, todos aqueles que detêm a riqueza nacional.

Desta forma precisamos cada vez mais estudar o cotidiano dos trabalhadores nos seus assentamentos, tentando mostrar para a sociedade, que reforma agrária não é somente distribuição de terras, mas também infraestrutura para trabalhar a terra, créditos para serem investidos, acompanhamento técnico, etc. Mas parece que o próprio INCRA não está a fim de fazer uma verdadeira reforma agrária, pois vem legalizando a venda de lotes, passando a contribuir para o não sucesso da reforma agrária, pois grande parte dos trabalhadores que compram esses lotes não tem muito das vezes perfil de trabalhador rural, muitos são comerciantes, tem outras propriedades rurais em nome de parentes, ou querem exclusivamente a parcela para lazer.

A imprensa conservadora vem a cada momento denegrindo a imagem da reforma agrária, desta forma precisamos demonstrar os pontos positivos da reforma agrária, divulgando parcelas de terras que vêm dando certo e ainda possibilitando uma melhor qualidade de vida depois que os mesmos são assentados. Pois sabemos que ela influencia direta ou indiretamente a sociedade brasileira.

O sonho de possuírem uma parcela de terra, para cultivo e conseqüentemente trazer sustentabilidade para suas famílias, vem se tornando cada vez mais árduo, pois o descaso do Estado é imenso, o que possibilita maiores conflitos pela terra, cujos conflitos vêm se tornando uma arma para os latifundiários e para a imprensa, pois os mesmos vêm demonstrando imagens e informações que denigrem o sucesso da reforma agrária.

Observando o presente trabalho, fica explícito as lacunas nele existentes que possibilitam um maior debate em torno da reforma agrária, não só em nível do Assentamento Campo Belo, no município de Campina Verde, mas também a nível nacional.

Este trabalho trouxe-me um enriquecimento enorme, pois possibilitou uma visão mais ampla e crítica da reforma agrária, visão esta que muito das vezes é omitida. Sendo assim, para a reforma agrária ter sucesso devemos estudar o tema, e não deixar a luta só para os trabalhadores que pleiteiam uma parcela de terra, pois essa luta tem que ser de toda a sociedade que tem como meta a mudança sócio-econômica nacional, pois o sucesso da reforma agrária e responsabilidade de todos nós.

## FONTES ORAIS – ENTREVISTAS

**Nome:** Donizetti Paula Pereira

**Estado Civil:** Casado

**Profissão:** Trabalhador rural

**Endereço:** Avenida Rio Branco, Campina Verde-MG

**Entrevista Gravada**

**Nome:** Cícero Antônio Magalhães de Moraes

**Estado Civil:** Casado

**Profissão:** Trabalhador rural

**Endereço:** Assentamento Campo Belo

**Entrevista Gravada**

**Nome:** Marino Cândido Alves

**Estado Civil:** Casado

**Profissão:** Trabalhador rural

**Endereço:** Avenida 17 – Campina Verde-MG

**Entrevista Gravada**

**Nome:** João de Oliveira Mendes

**Estado Civil:** Casado

**Profissão:** trabalhador rural, ex-assentado na fazenda Campo Belo

**Endereço:** Avenida 21 - Campina Verde-MG

**Entrevista não gravada**

**Nome:** Bento Ferreira da Silva

**Estado Civil:** Casado

**Profissão:** Técnico agrícola do INCRA

**Endereço:** Belo Horizonte-MG

**Entrevista não Gravada**

**Nome:** Luís Carlos Donizette

**Estado Civil:** Casado

**Profissão:** empresário, ex-assentado na fazenda Campo Belo

**Endereço:** Distrito de Honorópolis, município de Campina Verde

**Entrevista não Gravada**

## FONTES ESCRITAS

### DOCUMENTOS ELABORADOS PELOS TRABALHADORES E PELO INCRA

*Carta em forma de Nota de Esclarecimento*, enviada pela Província Brasileira da Congregação da Missão, assinada pelo Pe. Eli chaves dos Santos, CM. Superior Provincial da Província Brasileira da Congregação da Missão, datada de 15 de setembro de 1997.

*Relatório apresentando ao Chefe de Divisão de Suporte Operacional do Inbra – SR-06*, Superintendência Regional de Minas Gerais – SR (06).

Panfleto divulgado pelo presidente da Associação Nova Campo Belo Sr. Mariozan de Freitas, conforme Assembléia realizada dia 28/10/2001.

*Ata da Assembléia Geral para a Fundação e Eleição da Diretoria da Associação Nova Campo Belo do Projeto de Assentamento Fazenda Campo Belo Município de Campina Verde-MG*. Campina Verde-MG, 29 de agosto de 1999.

### DOCUMENTOS OFICIAIS

*Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988*. Editora Escala, 2006.

*Estatuto da Terra*, Lei Federal de 30 de novembro de 1964. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

Matrícula 1.767, fls. 285, do livro 2-F, de Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Campina Verde-MG

### SITES PESQUISADOS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NACIONAL (CPTN) ON LINE. Disponível em: <<<http://www.cptnac.com.br>>>

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) ON LINE: Disponível em: <<<http://www.incra.gov.br>>>

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Disponível em: <<[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>>

REVISTA VEJA - Disponível em: << [www.veja.abril.com.br](http://www.veja.abril.com.br) >>

História de Campina Verde on line – Disponível em: << [www.campinaverde.net.com.br](http://www.campinaverde.net.com.br) >>

Jornal on line – Disponível em: << [www.globo.com.br](http://www.globo.com.br) >>

### JORNAIS PESQUISADOS

*Jornal Pontal* – Ano VIII, nº 382 - 1997.

*Folha de São Paulo* – Ano 87, nº 28.592, de 15 de julho de 2007.

### REVISTAS PESQUISADAS

*Revista CAROS AMIGOS. O patriarca da terra.* São Paulo, março de 2005.

\_\_\_\_\_. *Recado ao governo.* São Paulo, maio de 2005.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Antônio de. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980.* Tese de doutorado em História Social apresentada a FFLCH/USP. São Paulo, 1996.

BLOCH, Marc. *Introdução à história.* Lisboa: Publicações. Europa-América, 1974.

BORGES, Benedito Antonio Miranda Tiradentes. *Campina Verde, história e genealogia*, 1º ed. Araguari-MG: Minas Editora, 1994.

BURKE, Peter. Unidade e variedade na história cultural. In: *Variedades de história cultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERRO, Marc. *A História Vigiada.* Trad. Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FONTANA, Josep. *A história dos homens.* Trad. Heloísa Jochims Reichel e Marcelo Fernando Da Costa. São Paulo: EDUS.

FRANCO, José Benjamin Severino e ROSA, Roberto. *Anais IX. Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, Santos, Brasil, 11-18 setembro 1998, INPE.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.* 28. Ed. Rio de Janeiro, Record, 1992.

HOBBSAWN, Eric. *Sobre História (Ensaio).* Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. P. 225

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *LE GOFF, Jacques e outros. Memória-História*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, Enciclopédia Einaudi, p. 95-106.

MARKUS, Maria Elza. *Trabalhadores Sem Terra: Somo nós que é o Movimento*. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC-SP), 2002. P. 238.

MATTOS, Marcelo Badaró (org). *História: pensar & fazer*. Rio de Janeiro: LDH/UFF, 1998, 134 p.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. *A luta pela terra: sonhos, conflitos e contradições. Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia, MG – 1197/2004*. Monografia para conclusão de curso. UFU, 2004.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: *Prefeitura do município de São Paulo / Secretaria Municipal de Cultura / Departamento do patrimônio histórico*. O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e cidadania. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Revista Projeto História, São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Departamento de História da PUC-SP, número 14, fev. 1997

PRADO JÚNIOR. Caio. *A Questão Agrária no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SAMUEL, Raphael. *História Local e História Oral*. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, número 19, st. 1989/fev. 1990.

SILVA, José Graziano da. *Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo. Brasiliense, 1985.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Atual, 1997.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. I. Trad. Denise Bottamann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIEIRA, Maria do Pilar A., Et al. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.